

DIREITO À INFORMAÇÃO

REQ 2014/01/27

1966

Nº 9

Só agora, com um atraso de oito meses, Direito à Informação fornece aos seus leitores alguns recortes da imprensa internacional sobre o assassinio do General Humberto Delgado. Este facto mostra as limitações com que lutamos na nossa tarefa de divulgar factos de importância capital para o País e que a censura compete esconder do povo português.

D.I. abstém-se de formular um juízo definitivo sobre o caso; mas não pode deixar de fazer suas as palavras do "Observer" de 20 de Fevereiro de 1966, a propósito do passaporte britânico sonagado pela PIDE e utilizado pelos assassinos: "esta história dá força às afirmações da Oposição portuguesa de que a morte de Delgado é obra da polícia secreta portuguesa".

Perante indícios tão claros - que não surpreendem aliás aqueles que conhecem a total ausência de respeito pelos direitos humanos, dos que nos governam - tornam-se mais difíceis de suportar as complacências, tanto as clamorosas como as silenciosas, daqueles que têm por missão servir e defender a Verdade e a Justiça. Entre esses se colocam os cristãos - leigos, padres ou bispos. Mas quantos exigiram um inquérito feito por entidades imparciais? Quantos protestaram contra a declarada falta de apoio às investigações da Polícia espanhola?

Reformas litúrgicas, movimentos de apostolado, reorganizações pastorais, peregrinações a Fátima: no meio de tudo isso, parece que o Evangelho continua a ser em Portugal um livro des-ninguém 13.



AS INVESTIGAÇÕES COMEÇAM A ESCLARECER O PAPEL DAS AUTORIDADES PORTUGUESAS NO ASSASSÍNIO DO GENERAL DELGADO - Um ano depois

(Le Monde, 15/2/1966)

Há um ano, o general Delgado, leader da oposição portuguesa no exílio, foi assassinado em Espanha, perto de Badajoz, bem como a sua secretária, Mme. Campos. Este primeiro aniversário foi marcado por um importante progresso nas investigações levadas a efeito pela justiça espanhola: com efeito, o juiz espanhol José Maria Crespo Marquez emitiu na 6ª feira passada oito mandatos de captura, cinco referentes a portugueses, dos quais pelos menos três, são agentes da polícia política do Dr. Salazar (PIDE). Sem pôr em causa, directamente, o Governo português, o juiz Crespo lamentou nessa ocasião a "passividade" da polícia portuguesa. Mas outros indícios parecem indicar que a PIDE não teve um papel puramente passivo neste caso.

História dum crime

(...) Mas se o assassinio do General Delgado e de Mme. Campos já não constituíam dúvida, o mistério que envolvia a identidade dos assassinos era completo. De Lisboa, uma vez mais, vieram estranhos rumores: o General teria sido abatido durante um ajuste de contas, pelos "comunistas" da oposição. Quanto ao Governo espanhol, encontrava-se pelo menos numa situação bastante delicada. Não tinha feito constar, desde o dia 26 de Março, que "nem o General Delgado, nem Mme. Campos, foram presos pela polícia espanhola" e que "esta ignora onde se encontram essas duas personagens".? Havia que escolher entre duas explicações igualmente desagradáveis: ou os seus serviços tinham dado provas duma espantosa incompetência, ou se tinham tornado cúmplices das duas mortes. A cooperação habitual entre a polícia espanhola e a polícia portuguesa fazia com que naturalmente parecesse mais provável a segunda hipótese.

As suspeitas e a descoberta tardia dos dois cadáveres em território espanhol irritaram, dizem, o General Franco, que ordenou que justiça fosse feita. O que realmente se acaba de fazer sábado passado, logo que o juiz de instrução espanhol encarregado do inquérito emitiu os mandatos de captura internacionais contra oito pessoas formalmente acusadas de terem participado duma maneira ou doutra no assassinio do General Delgado. Que papel cabe a cada um dos acusados na história do crime? Três deles parece terem organizado a armadilha em que caiu o General Delgado no dia 13 de Fevereiro de 1965, em Badajoz: Ernesto Bisogno, médico italiano residente em Roma; Mário Carvalho, emigrado português, vivendo igualmente em Roma; e o misterioso Ernesto Castro Sousa, apresentando-se como oposicionista português do interior.

Mário Carvalho, representante do General Delgado em Roma, contra o qual este último tinha sido posto várias vezes de sobre-aviso por amigos de Paris, deu o sinal de partida para Badajoz. De connivência com Sousa, afirmara ao General Delgado que ele poderia ali encontrar militares portugueses decididos a passar à acção.

Sousa teria mesmo feito uma viagem a Paris, nos fins de 1964, para se encontrar com o General e dar-lhe referências precisas sobre as personalidades que ele ali poderia encontrar, indicações que, pelo desenrolar dos acontecimentos, se revelariam completamente inventadas.

(...) No estado actual das investigações, Mário Carvalho aparece contido, mais como um comparsa do que como o organizador consciencioso do assassinio. Por detrás dele, com efeito, destaca-se a figura do Dr. Ernesto Bisogno, conhecido depois pelas suas boas relações com as autoridades portuguesas e as suas numerosas ligações com os meios neo-fascistas italianos. Aproveitando-se do relativo isolamento do General Delgado, Bisogno teria conseguido ganhar a sua confiança e quando dum tratamento e tê-lo-ia persuadido a ir a Badajoz. Numa entrevista concedida a "Il Tempo", domingo, os dois homens, que são amigos, negam os factos. Mas nem por isso deixaram de desaparecer dos seus domicílios depois que os mandatos de captura - aos quais pelo menos Bisogno parece poder escapar em vista da sua nacionalidade - foram lançados contra eles.

Segundo o juiz de instrução espanhol, a presença de Bisogno no centro do complot implicaria igualmente certos elementos da O.A.S., em particular Jean-Jacques Susini, antigo presidente dos estudantes de Argel, cujo testemunho teria sido pedido por Madrid. Susini, cuja presença foi várias vezes assinalada na capital italiana, viveria actualmente na região de Alicante. Com outros activistas ele teria proposto os seus serviços à polícia portuguesa.

(...) Os assassinos do General cometeram porém um erro grave: o de atravessar a fronteira luso-espanhola num posto praticamente deserto, o de S. Leonardo, não muito longe de Villanueva-del-Fresno, onde viriam a ser encontrados o corpo do General e da sua secretária. Nadada de 13 de Fevereiro, os registos da fronteira assinalam apenas a passagem de dois carros: o de Sousa (matrícula de Lisboa CD-86-23; nº do chassis 86.190; nº do motor, 10.175) e um Opel Rekord verde que atravessou na mesma altura (igualmente com matrícula de Lisboa EA-59-55; nº do chassis 1/2.340.444; nº do motor 17/6.514.893). Quatro homens ocupavam os dois carros: o motorista Sousa (passaporte nº 27.122), Roberto Ferris Barral (passaporte nº 17.993), Filipe Garcia Tavares (passaporte nº 518 passado em Lisboa) e um homem viajando com passaporte britânico, em nome de Washdeo Kundannal Milpuri (nº 33.265, passado em Jersey).

Que se sabe destes três últimos ? Muito pouca coisa, uma vez que a polícia portuguesa se recusou a qualquer colaboração com a polícia espanhola. Os funcionários da fronteira espanhola, lembram-se contudo que o seu colega do posto português lhes apresentou Filipe Garcia Tavares como "comissário chefe em Angola". O juiz de instrução espanhol teve conhecimento, por outro lado, que o passaporte passado em nome de Kundamal tinha sido roubado em misteriosas condições em Lisboa; pertencia a um paquistanês de nacionalidade britânica e foi em seguida utilizado por um dos assassinos. (...) Dos quatro assassinos apenas três deviam regressar a Portugal pela fronteira de Rosal. O quarto, Sousa, pensam as autoridades espanholas, teria sido abatido na altura pelos seus companheiros, pouco dispostos a arriscar uma indiscrição do agente duplo. O seu corpo teria sido descoberto no rio Guadiana pouco antes do do General e de Mme. Campos. Nessa ocasião, as autoridades espanholas afirmaram que esse cadáver não tinha nada a ver com o caso.

Um ano depois do assassinio do General Delgado, começa pois a entrever-se a verdade: a responsabilidade da polícia política portuguesa (PIDE) no assassinio de Badajoz. Para as autoridades espanholas não há dúvida, com efeito, de que os homens vindos de Portugal no dia 13 de Fevereiro, eram agentes da P.I.O.E.

SILÊNCIO E NOTAS DILATÓRIAS (France-Soir, 15/2/66)

Desde há um ano, os espanhóis enviaram nada menos de onze notas aos seus vizinhos portugueses acerca do assassinio, a 13 de Fevereiro de 1965, do General Humberto Delgado, da sua secretária, Mme. Campos e do "Figon" deste tenebroso caso, Ernesto Sousa.

(...) A todos os pedidos da justiça espanhola, Lisboa tem respondido com o silêncio ou com notas dilatórias.

(...) O Dr. Bisogno, muito ligado ao movimento fascista (foi condenado como colaboracionista após a guerra) experimentou dificuldades financeiras. Recentemente, fora implicado num escândalo de call-girls e oferecia orgias caras na sua luxuosa vila. Meio por convicção política, meio por falta de fundos, prontificara-se a actuar com o seu amigo Mário de Carvalho.

A colaboração de Susini viria por reconhecimento à hospitalidade portuguesa para com a O.A.S., cujos fundos tinham sido utilizados para a operação.

A POLÍCIA "FORNECEU O PASSAPORTE" AO ASSASSÍNIO DE DELGADO
(Sunday Times, 20/2/66)

As investigações feitas pelo inquérito judicial espanhol relativo ao assassinio do General Delgado, o antigo chefe da oposição portuguesa cujo corpo desfeito foi encontrado com o da sua secretária perto de Badajoz no ano passado, revelaram que o passaporte "perdido" de um cidadão britânico foi utilizado ilegalmente por um dos quatro suspeitos de homicídio que entraram em Espanha, vindos de Portugal em 13 de Fevereiro do ano passado.

O titular do passaporte, indiano de nascimento, e de 25 anos de idade, Vashdev Kündamnall Mirpuri, que vive em St. Helier, Jersey, estava de visita a parentes em Bombaim naquela data.

Mas o facto que trouxe uma luz nova e sinistra ao mistério do assassinio de Delgado é que o primitivo passaporte de Mirpuri, nº 33.265, foi por ele entregue à polícia internacional portuguesa em Lisboa, no mês de Fevereiro de 1963, para que a sua autorização de residência fosse ampliada por 60 dias. Naquela ocasião, Mirpuri estava em Lisboa de visita a seu pai, que aí possui uma loja de artigos orientais. Os funcionários deram-lhe uma chapa como recibo e disseram-lhe que voltasse a buscar o passaporte dias depois. Quando Mr. Mirpuri voltou os funcionários da polícia disseram-lhe que o passaporte se tinha "extraviado", juntamente com diversos outros. O interessado relatou então o sucedido à embaixada inglesa em Lisboa. Mr. Mirpuri soube pela primeira vez do uso que tinha sido feito do seu primitivo passaporte em Agosto passado, quando o inspector-chefe Edward Cockerham o entrevistou a pedido da polícia espanhola. Esta emitiu, através da Interpol, mandatos de captura contra quatro homens que atravessaram a fronteira em Fevereiro de 1965. Como Mr. Mirpuri provasse que na data em referência estava a milhares de milhas de distância, na Índia, deixou de ser considerado suspeito.

(The Observer, 20/2/66)

(...) Há dez dias, o nome de Mirpuri apareceu novamente numa lista publicada em Madrid pela agência semi-oficial CIFRA, anunciando a emissão de mandatos de captura internacionais pelo magistrado encarregado de investigar o assassinio de Delgado. Mr. Mirpuri declarou ontem que o passaporte nº 33.265 lhe pertencera - mas que fora entregue às autoridades portuguesas em 1963, tendo-lhe estas dito mais tarde que se tinha extraviado.

A sua história dá mais força às alegações da Oposição portuguesa de que o assassinio de Delgado foi praticado pela polícia secreta portuguesa (...)

UM DIÁRIO MADRILEÑO RELATA O ASSASSÍNIO

(Pueblo, 15/3/66)

Acabou-se o ano de 1964. Em Paris efectua-se uma reunião de elementos da oposição ao regime salazarista. As forças da oposição lusitana concordam numa série de actividades na zona fronteiriça, entre Espanha e Portugal, sector de Badajoz, em que intervirão elementos exilados e homens da oposição que residem em terra lusitana.

Humberto Delgado preside à reunião de Paris. Intervêm o prof. Guerreiro, exilado em Paris desde 1932; Cerqueira Henriques, com residência em Rabat; Mário de Carvalho, português, vivendo em Roma, e o médico reumatólogo italiano Ernesto Maria Bisogno. Carvalho e Bisogno incitam o general para que a sua presença sirva de aglutinante dos elementos oposicionistas que hão-de "trabalhar" na zona fronteiriça. A data está determinada: o general estará em Badajoz a 12 de Fevereiro. Bisogno encarrega-se de facilitar um passaporte falso a Delgado. Guerreiro e Cerqueira previnem o general de que pode tratar-se duma armadilha, mas Carvalho insiste, e como se lê no auto do processo "não só o animou, mas prometeu a sua assistência, dizendo além disso ao general que os amigos portugueses já estavam a caminho" - o que faz supor que estava em conivência com inimigos do general a quem facilitou datas e notícias para que o levassem à emboscada fatal.

(...) Ernesto Bisogno, viajante incansável pelo norte de África e que passou por Madrid e Lisboa antes e depois do 13 de Fevereiro, dia do assassinio, esteve, de novo, nas cidades mencionadas em datas que precederam a descoberta dos cadáveres. Foi ele que entregou a Delgado o passaporte argentino com o nome de Lorenzo Ibañez, que serviu ao general. Bisogno é o homem que parece agora engolido pela terra, quando a justiça o reclama como um dos instigadores do crime.

Porém, na reunião de Paris esteve outra pessoa. Um súbdito português chamado Ernesto Sousa Castro que circulava livremente entre Lisboa e Paris. Ernesto Sousa Apresentava-se como membro da oposição. Era verdade ou tratava-se dum espião? A pergunta só o próprio interessado podia responder, e que é impossível, pois a boca de Ernesto Sousa Castro está fechada para sempre. Foi ele quem comandou o grupo de 4 pessoas que na manhã de 13 de Fevereiro de 1965, em dois automóveis - um Opel e um Renault - com documentos e matrículas falsas - segundo esclarece a polícia espanhola - entrou em Espanha pelo posto fronteiriço de Villanueva del Fresno.

Os quatro homens chegaram à fronteira espanhola acompanhados pelo chefe da alfândega portuguesa de apelido Semedo, que os apresentou ao seu colega espanhol. Disseram que iam a Sevilha passar a noite, divertindo-se. Os quatro passaportes registados têm os nomes de Ernesto Sousa Castro, dum tal Filipe Garcia Tavares, que o funcionário português apresentou ao seu colega espanhol como "chefe da polícia de Angola", de um hispano-americano chamado Yurrita e de um súbdito paquistanês de nome Kundanmal.

Está esclarecido que o autêntico Kundanmal vive em Londres e que o seu passaporte foi dado como perdido nos escritórios da PIDE dois anos antes, em 1963.

Cumpriram-se as formalidades alfandegárias, sendo estranho que os dois automóveis, em vez de tomarem a estrada para Sevilha, vão rumo a Badajoz onde, desde o dia 12, estava o general Delgado na companhia de Arajarir Castro Campos Moreira. Ela e o general estavam no hotel Simancas da cidade de Badajoz. No mesmo hotel passavam a noite de 12 para 13 os norte-africanos Hassan Guy e I. Bénécat, misteriosas personagens que na noite seguinte alugaram quartos na pensão Las Vegas.

A 13 de Fevereiro deu-se em Badajoz o primeiro encontro. Alguém, certamente Ernesto Sousa Castro que conhecia bem Humberto Delgado, marca encontro com o general num lugar - rio Olivença - de grande poder afectivo para os portugueses. Nas margens do Olivença disseram ao general que ir-se-ia dar o encontro entre os opositoristas do interior e o chefe exilado. O que se deu foi o assassinio. O lugar do encontro foi combinado para um mirr de pouca altura, a duzentos metros do rio. A quinhentas metros fica uma casa de campo humilde.

O general, ao chegar ao lugar, deu-se conta da armadilha. Parece que o propósito dos quatro homens que passaram de manhã a fronteira de Villanueva del Fresno, e talvez o dos norte africanos, era raptar Delgado e levá-lo para Portugal.

Mas o aviador lusitano tirou a sua pistola Bachelor, calibre 7,65 e disparou vários tiros que foram ouvidos pelos habitantes da humilde casa de campo, que também viram os carros no caminho que liga o pequeno monte à estrada Badajoz-Portugal. A polícia espanhola, ao investigar o caso no dito local, encontrou cápsulas vazias de pistola - todas 7,65 - uma peça de sangue e um bilhete de totobola português do dia 14 de Fevereiro.

Uma pedrada derrubou o general. Depois, deram-lhe mais três golpes na cabeça. Os assassinos levam o cadáver para um carro. Arajarir, a secretária, vive. Convertiu-se numa testemunha in cómoda. Os carros seguem para Villanueva. A dois quilómetros da aldeia, num local não vigiado, onde a fronteira se passa facilmente, foi visto durante dois dias, já em território português, um Land Rover, do qual se disse que aguardava caçadores de pombos. Essa data é a do fecho dessa caça e os presumíveis caçadores nunca foram vistos. A única coisa que se sabe é que o Rover desapareceu no dia 13.

(...) No dia 14 o Opel e o Renault passam a fronteira em Rosal de la Frontera, muito ao sul. Só com três viajantes. Quem era o quarto? O cadáver aparecido? Sousa Castro?

A JUSTIÇA ESPANHOLA PROSSEGUE O INQUÉRITO SOBRE O ASSASSÍNIO DO GENERAL DELGADO, APESAR DA MÁ-VONTADE DE PORTUGAL.

(Le Monde, 27/28 Março 1966)

Jean Jacques Susini foi citado como testemunha no caso Humberto Delgado. A instrução do processo do assassinio do leader da oposição portuguesa e da sua secretária Mme. Arajarir Campos, continua num ritmo acelerado. O juiz de instrução José Maria Crespo Marquez convocou para o dia 18 de Abril, ao mesmo tempo que o antigo dirigente da O.A.S., um cidadão suíço, Samuel Lehmann, ex-Legionário do 1º batalhão de paraquedistas e um português, Sr. Gião, proprietário da Ameada, herdade endostada à fronteira espanhola de Villanueva del Fresno e onde, no dia 13 de Fevereiro de 1965, dia em que foi assassinado Humberto Delgado, estacionava um jeep cujos ocupantes faziam a caça aos pombos numa época em que a caça estava encerrada. O Sr. Gião seria um amigo pessoal do chefe superior da PIDE (polícia política portuguesa).

O comissário da PIDE, Sr. António Gonçalves Semedo, a única testemunha a poder identificar os assassinos do general Delgado; uma vez que eles atravessaram a fronteira luso-espanhola no posto que ele comandava, não compareceu a depor na sexta-feira, apesar de ter sido pedida a sua comparência perante o juiz, por via diplomática. (...)

(...) O Juiz redigiu igualmente um salvo-conduto em nome de Fernando Piteira Santos, dirigente do F.P.L.P. - Frente Popular de Libertação Portuguesa - residente em Argel, para que possa vir depor a Espanha com toda a segurança. Parece que a esse respeito o governo português teria protestado oficialmente junto do governo espanhol por causa das facilidades que são dadas actualmente aos chefes da oposição portuguesa para deporem. Este protesto não teria sido tomado em consideração.

Se Salazar prosseguir com o muro do silêncio...

("O Estado de S. Paulo" 29/3/66)

Madrid - Os advogados da família Delgado, Jaime Cortezo e Maria no Lopes, declararam hoje numa entrevista à imprensa, que a PIDE é responsável pelo assassinio do General Humberto Delgado e de sua secretária Arajarir de Campos e, subsidiariamente, o governo português

O objecto da entrevista era confirmar que o juiz espanhol José Crespo Marquez havia expedido uma ordem de prisão contra o comissário da PIDE, António Gonzalez Semedo, como cúmplice do crime. Nos autos, o juiz afirma que Semedo, agente da PIDE e chefe do posto fronteiriço português de S. Leonardo, acompanhou no dia 13 de Fevereiro (dia em que Delgado e sua secretária foram mortos) a quatro viajantes até ao posto espanhol de Villanueva del Fresno e identificou um deles, Filipe Garcia Tavares, como chefe de polícia de Angola. Na entrevista os advogados disseram: "Esta acusação, por sua importância, é a mais grave entre dez feitas até agora. Já não são possíveis fantasmas, como querem os portugueses. Gonzalez Semedo existe, pois fez uma declaração perante o juiz, há mais de um mês. Seu testemunho se encontra à pagina 551 dos autos!"

Como se recorda, as autoridades portuguesas negaram que houvesse algum Tavares na Polícia. "Assim mesmo - prosseguem os advogados - o juiz Crespo Marquez deu razão às nossas acusações contra o governo português."

Encerrando a entrevista os advogados disseram: "Se Salazar prosseguir com o "muro do silêncio" será impossível castigar os culpados, então teremos de levar este assunto a um tribunal internacional para proclamar ao mundo que nenhum espanhol está envolvido neste crime repugnante."

Até o monárquico ABC de Madrid informa ... (ABC, 30/3/1966)

"António Gonçalves, sendo chefe do posto fronteiriço de S. Leonardo, facilitou a entrada a quatro indivíduos por Villanueva del Fresno e apresentou-os aos funcionários espanhóis..."

Estes quatro indivíduos entraram em Espanha, como se sabe, com documentação falsa e em dois carros cujas matrículas estavam falsificadas. Todos eles estão já processados como possíveis autores do assassinio de Humberto Delgado."

O JUIZ ESPANHOL EMITE UM MANDATO DE CAPTURA CONTRA UM COMISSÁRIO DA POLÍCIA POLÍTICA PORTUGUESA, NO PROSSEGUIMENTO DO CASO DELGADO.

(Le Monde, 30/3/66)

O Juiz José Maria Crespo Marquez abriu um processo de instrução e lançou um mandato de captura contra o comissário da PIDE (polícia política portuguesa) Sr. António Gonçalves Semedo, segundo nos comunicam os advogados da família, Senhores Jaime Cortez e Mariano Robles. A acta de acusação estabelece a cumplicidade do comissário da PIDE, que teria facilitado a entrada em Espanha dos assassinos do General Delgado, leader da oposição portuguesa e da sua secretária Arajarim dos Campos. O comissário Gonçalves Semedo está actualmente em Portugal, em serviço activo.

Uma situação delicada para o governo português

O comissário Gonçalves Semedo, que foi convocado há alguns dias como testemunha, mas que não respondeu à citação do juiz, encontrava-se à testa do posto fronteiriço de Mourão, no dia 13 de Fevereiro de 1965, dia em que foi assassinado o General Delgado. Apresentou os assassinos aos seus colegas de Villanueva del Fresno como sendo membros da PIDE. Quando da primeira declaração que o comissário Gonçalves Semedo faz perante o juiz Crespo Marquez, disse textualmente: "Facilitei a passagem da fronteira a uma pessoa que se apresentou com um cartão de uma peça da polícia, afirmando ser o chefe da polícia de Angola e dizendo chamar-se Tavares". E acrescentou: "Procurei fazer as verificações necessárias para estar seguro de que a sua afirmação correspondia à verdade."

A inculpação do comissário da PIDE coloca o governo português numa situação delicada. É difícil dizer que o comissário Gonçalves Semedo não exista, como foi o caso para outros inculpados. Por outro lado, a primeira declaração do comissário da PIDE, feita no início da instrução do processo e sobre a qual se apoia o mandato de captura, põe directamente em causa um outro membro da polícia portuguesa, Sr. Tavares. Como se sabe, os portugueses, em resposta aos requerimentos do juiz espanhol, tinham garantido que "não existia na polícia portuguesa ninguém com o nome Tavares".

O governo português é responsável do crime ou então é dele cúmplice, ao querer proteger os funcionários que mata-ram o General Delgado.

BISOGNO E CARVALHO PERSEGUIDOS PELA POLÍCIA ITALIANA, ENQUANTO SEMEDO E TAVARES CONTINUAM BEM PROTEGIDOS PELO GOVERNO PORTUGUÊS

(Diário de Notícias, 12/10/66)

O médico italiano Ernesto Maria Bisogno e o exilado português Mário de Carvalho foram pronunciados por cumplicidade no assassinio do ex-General Humberto Delgado, a requerimento do ministro da Justiça italiano. Este enviou ao tribunal de 2ª instância de Roma o texto do libelo elaborado pelo Dr. José Marquez Crespo, juiz de instrução de Badajoz (Espanha), contra os supostos assassinos de Delgado.

O ministro tomou esta iniciativa em conformidade com o Código Penal italiano, que no art. 8º estabelece que "o cidadão ou o estrangeiro que comete um delito político num território estrangeiro (...) é punido, segundo a lei italiana, a requerimento do ministro da Justiça."

Mário de Carvalho e Bisogno são acusados de terem atraído Humberto Delgado a uma armadilha, tendo o marroquino Elias Tapiero cometido o crime. Entretanto, o primeiro apresentou queixas contra jornalistas italianos que envolveram o seu nome no "caso Delgado", bem como contra o advogado da família Delgado e o professor Emílio Guerreiro, chefe da oposição portuguesa em França que, em conferências de Imprensa, realizadas em Roma e Paris, o acusaram de cumplicidade no assassinio.

APELO AOS AMIGOS IGNORADOS

CADA NÚMERO DESTA JORNAL REPRESENTA UMA SÉRIE DE ESFORÇOS; REUNIR A DOCUMENTAÇÃO, ÀS VEZES BEM DIFÍCIL DE OBTER; SELECIONÁ-LA; DACTILOGRAFAR O ORIGINAL; PASSÁ-LO AO DUPLICADOR; FINALMENTE, FAZER A DISTRIBUIÇÃO. NÃO SÃO OPERAÇÕES FACEIS NAS CONDIÇÕES QUE NOS SÃO IMPOSTAS.

É PRECISO QUE ESTAS GOTAS DE VERDADE NO MEIO DA MENTIRA GENERALIZADA EM QUE VIVE O PAÍS, CHEGUEM A MAIS PORTUGUESES. A NÓSSA TIRAGEM, SE BEM QUE AUMENTE DE NÚMERO PARA NÚMERO, É AINDA MUITO LIMITADA. MAS ELA PODE SER MULTIPLICADA PELO ZELO E PELO ESFORÇO DOS QUE ESTÃO CONOSCO.

NINGUÉM QUE SE CONSIDERE NOSSO AMIGO O PODE DEIXAR SEPULTADO NUMA GAVETA OU DEITAR AO CESTO DOS PAPEIS.

É PRECISO QUE CADA EXEMPLAR SEJA LIDO POR MUITOS, PASSADO DE MÃO EM MÃO, NAS ESCOLAS, NAS REPARTIÇÕES, NAS FÁBRICAS, NOS ESCRITÓRIOS, NAS FAMÍLIAS, NAS COLECTIVIDADES.



LEALDADE E PRONTIDÃO

(do discurso eleitoral do Presidente do Conselho,
5/11/65)

(...) O manifesto (...) pareceu-me ter dado preferência a críticas estereis à acção do Governo ou das autoridades e apreciações deselegantemente eivadas de suspeitas graves... sobretudo as investigações acerca do assassinio do ex-general Delgado, a carga das autoridades judiciais do País vizinho e cujo atrazo seria devido à incúria das nossas próprias autoridades.

O ex-general trabalhou comigo anos a fio e tão longo trabalho em comum deixa sempre um traço no nosso espírito, independentemente do calor humano que ressuma das relações pessoais.

(...) Pelo Brasil, por Praga, por Argel foi o polarizador, que aliás mais convinha ao regime, da oposição revolucionária, até que um dia, cansado da inutilidade da sua acção, desiludido dos conluios tenebrosos, traído porventura pelos que se afirmavam seus correligionários, parece ter tomado uma decisão em termos definitivos - acordar com outros conspiradores numa revolução "imediate" e entregar-se às autoridades portuguesas e "dizer tudo".

Sendo certa a inviabilidade de qualquer movimento revolucionário, a nós nos convinha que falasse; a outros havia de convir mais o silêncio que só a morte poderia com segurança guardar. Mas se as autoridades espanholas conseguiram descoberir as circunstâncias do crime até aos detalhes pormenores, é bem possível virmos ainda a saber por outros o que seguramente nos confessaria a nós. Eis porque, além de outras razões, vemos no caso o máximo interesse e nessa conformidade temos agido com lealdade e prontidão.